

# SERIA O DECLÍNIO DO "VOTO ECONÔMICO"?



O debate sobre em que medida o desempenho da economia influencia o voto dos eleitores ocupa posição central na literatura de comportamento eleitoral. Tradicionalmente, essa agenda foi estruturada em torno da teoria do voto econômico, segundo a qual eleitores recompensam governos em contextos de crescimento e os punem em períodos de crise.

Esse mecanismo, amplamente documentado empiricamente, consolidou-se como um dos pilares explicativos da accountability democrática. No entanto, transformações recentes no ambiente político, sobretudo o avanço da polarização partidária, colocam em questão a estabilidade dessa relação. É precisamente nesse ponto que se insere a contribuição de Christopher Ellis e Joseph Daniel Ura no artigo *Polarization and the Decline of Economic Voting in American National Elections*<sup>1</sup>.

A literatura clássica sobre voto econômico identifica algumas regularidades robustas:

- eleitores tendem a recompensar incumbentes quando a economia apresenta bom desempenho
- avaliações da economia nacional possuem maior peso do que percepções individuais
- variações recentes são mais influentes do que tendências de longo prazo

- os efeitos econômicos são condicionados por fatores institucionais e contextuais

Esses padrões sustentam a ideia de que eleições funcionam como mecanismos de controle democrático, nos quais o desempenho governamental é traduzido em apoio ou punição eleitoral.

Entretanto, Ellis e Ura introduzem um elemento que tensiona essa lógica: a polarização partidária. Para compreender esse argumento, é necessário considerar que eleitores não processam informações de maneira neutra. A literatura demonstra que avaliações políticas são mediadas por “filtros perceptivos”, associados ao fenômeno do raciocínio motivado, por meio do qual indivíduos ajustam suas crenças para preservar identidades e preferências previamente estabelecidas. Em contextos de baixa polarização, tais vieses existem, mas seus efeitos são limitados. À medida que a polarização se intensifica, contudo, esses filtros tornam-se mais rígidos, levando os eleitores a selecionar informações de forma enviesada, ignorando evidências dissonantes e reforçando percepções alinhadas ao seu grupo político.

O argumento central do artigo decorre diretamente dessa dinâmica:

**quanto maior a polarização partidária, menor a influência do desempenho econômico sobre o voto.**

Em outras palavras, a polarização atua como um fator moderador que enfraquece o voto econômico. Para testar essa hipótese, os autores analisam eleições presidenciais nos Estados Unidos entre 1952 e 2016, combinando indicadores de crescimento econômico, níveis de

<sup>1</sup> Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ssqu.12881>

aprovação presidencial e medidas de polarização. Os resultados são consistentes com a expectativa teórica: embora a economia continue exercendo algum efeito, sua capacidade de influenciar o comportamento eleitoral diminui significativamente em contextos altamente polarizados. Em situações extremas, esse efeito pode se tornar praticamente irrelevante, uma vez que os eleitores passam a votar predominantemente com base em lealdades partidárias, e não em avaliações de desempenho.

As implicações desse achado são substantivas. Em primeiro lugar, a redução do voto econômico altera os incentivos dos governantes, na medida em que bons resultados econômicos deixam de garantir recompensas eleitorais claras. Em segundo lugar, a polarização tende a “blindar” os eleitores em relação a múltiplas dimensões de desempenho governamental, não apenas econômico, mas também institucional e político. Por fim, eleições tornam-se mais competitivas, porém menos responsivas a condições objetivas, o que reduz a precisão de modelos preditivos baseados em indicadores econômicos.

Embora o estudo se concentre no caso norte-americano, suas conclusões ressoam fortemente em outros contextos contemporâneos, como o brasileiro, onde a polarização crescente sugere uma reconfiguração dos determinantes do voto. Nesse cenário, compreender o comportamento eleitoral exige ir além dos modelos tradicionais e incorporar dimensões cognitivas e identitárias que desafiam a centralidade do voto racional. Em última instância, o que está em jogo é

o próprio funcionamento da democracia representativa: se a economia importa menos, quais mecanismos passam a orientar o voto, e o que isso implica para a capacidade de responsabilização dos governantes?



## **Felipe Calabrez**

É Doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV), com Pós-Doutorado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po). É pesquisador pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (ReDem) e autor do livro Introdução à Economia Política: O percurso histórico de uma ciência social.

